

**Ressignificação dos conceitos de vigilância digital, estado de exceção,
globalização e narrativa marcial em Byung-Chul Han, Giorgio
Agamben, Domenico De Masi e Slavoj Žižek**

*Re-signification of the concepts of digital surveillance, state of exception
globalization and martial narrative in Byung-Chul Han, Giorgio Agamben,
Domenico De Masi e Slavoj Žižek*

Pedro H. Villas Bôas Castelo Branco¹

Carina Barbosa Gouvêa²

¹ Professor Associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (PPGD-UVA). Doutor em Ciência Política (IUPERJ) Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional (Puc-Rio). Coordenador do Laboratório de Estudos de Defesa e Segurança Pública (LEPDESP-UERJ). pvcastelobranco@iesp.uerj.br

² Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE); Pós-doutorado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE); Doutora e Mestre em Direito pela UNESA; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Teoria da Separação dos Poderes e Crise do Sistema Democrático Brasileiro vinculado ao PPGD/UFPE; Vice Líder do Grupo de Pesquisa Direito Internacional e Direitos Humanos (UFPE), CNPq. carina.gouvea@ufpe.br

RESUMO

O auge da pandemia provocada pela pandemia levou muitos pensadores a refletir sobre o “cenário distópico” que resultou no estado de exceção em saúde pública global. A pesquisa examina questões controversas pelas discussões de Byung-Chul Han, Giorgio Agamben, Domenico De Masi e Slavoj Žižek. Para este fim foi mapeado as principais questões suscitadas pelos pensadores em suas recentes publicações para mostrar seus aportes e limites. A pesquisa discute de forma crítica-dialética pontos polêmicos que vão desde o questionamento da adoção do estado de emergência em saúde pública de importância internacional, os limites e alcance da globalização e a eficácia do uso da retórica marcial que declara guerra ao vírus ao designá-lo como inimigo. Concluímos que um deslocamento de um problema sanitário global, que requer cooperação internacional e responsabilidade coletiva, para uma questão marcial tende a encobrir os reais problemas epidemiológicos, reforça a polarização, hostilidade e a busca de culpados. O uso da retórica bélica mais do que provocar cooperação e apoio a medidas impopulares estimula inimizades e, a depender das circunstâncias, serve de pretexto para autocratas eleitos restringirem direitos. Dada esta exposição panorâmica do texto o caminho metodológico adotado é o da pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: pensadores na pandemia; vigilância digital; estado de exceção; globalização.

ABSTRACT

The height of the pandemic caused by the pandemic has led many thinkers to reflect on the "dystopian scenario" that has resulted in the state of exception in the global public health. The research examines issues controversial by the discussions of Byung-Chul Han, Giorgio Agamben, Domenico De Masi, and Slavoj Žižek. For this purpose, the main issues raised by the thinkers in their recent publications were mapped to show their contributions and limits. The research discusses in a critical-dialectical way controversial points that range from questioning the adoption of the state of public health emergency of international importance, the limits and scope of globalization, and the effectiveness of the use of martial rhetoric that declares war on the virus by designating it as the enemy. We conclude that a shift from a global health problem, which requires international cooperation and collective responsibility, to a martial issue tends to gloss over the real epidemiological problems, reinforces polarization, hostility, and the search for blame. The use of war rhetoric rather than provoking cooperation and support for unpopular measures fosters

enmities and, depending on the circumstances, serves as a pretext for elected autocrats to restrict rights. Given this panoramic exposition of the text, the methodological path adopted is that of bibliographic and documental research.

Keywords: thinkers in the pandemic; digital surveillance; state of exception; globalization.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta a reflexão de alguns pensadores que se dedicaram a elaborar diagnósticos e prognósticos diante do cenário “distópico” imposto pela crise sanitária da Covid-19 que se espalhou por todo globo terrestre. Byung-Chul Han, Giorgio Agamben, Domenico de Masi e Slavoj Žižek discutem em seus trabalhos recentes o limite e alcance de medidas sanitárias tais como a vigilância digital, o estado de exceção, a restrição de liberdades, bem como os efeitos da globalização e quais mudanças poderão ocorrer para enfrentar desafios que afetam o ser humano de forma global. Com base nestes argumentos é significativo pontuar que as reflexões concernentes aos conceitos foram estabelecidas em publicações derivadas do contexto da pandemia. Desta forma, optou-se por estabelecer uma metodologia crítica analítica aos conceitos controversos apresentados. Sob tal ótica, o trabalho, inicialmente, irá expor o diálogo entre Agamben e Han no qual discutem a abordagem do vírus como inimigo. Ambos os autores refletem sobre os limites e alcance do terrorismo e questionam se a pandemia não seria uma nova fonte da vigência do estado de exceção. Em item posterior, o foco estará no contexto da globalização e desglobalização, onde se argumenta que pandemia tornou ainda mais clara a fragilidade dos mercados financeiros, sobretudo diante do pânico provocado pelo efeito coronavírus e da desaceleração das indústrias e do consumo. Este ponto abre caminho para um novo encontro entre Han, Žižek e Masi. Han considera que após a pandemia o capitalismo sairá fortalecido como ocorreu em inúmeras outras crises. Em sentido contrário, veremos que Žižek acredita que a crise sanitária ou a sua ameaça possibilita fortalecer uma rede de solidariedade global. E, Masi argumenta que algumas das mudanças exigidas pelo enfrentamento da crise causada pela Covid-19 podem ser aproveitadas para modificar a lógica neoliberal sustentada pela dinâmica mercadológica da economia global. Ao fim, apresenta-se a discussão de Žižek cuja ideia unidade se centra nas humanidades que seria a centelha catalisadora da solidariedade global.

A pesquisa também leva em consideração o uso da retórica marcial dos governantes. O capítulo evidencia como as autoridades usaram e abusaram da linguagem bélica com o propósito de persuadir às populações a aceitarem as medidas excepcionais. O emprego de metáforas marciais como justificativa para exigir o sacrifício e a submissão das populações às medidas restritivas de liberdade para salvar vidas e evitar danos à saúde coletiva suscitou questionamentos sobre o alcance, efeitos e o limite da retórica marcial

utilizada por alguns governantes. O uso da narrativa que declara guerra ao vírus e o designa de inimigo invisível parece evidenciar uma zona de conflito, de hostilidade, inimizade competição, em vez de auxiliar à uma construção de camaradagem, cooperação e responsabilidade. Este caminho polarizado pode naturalizar o morticínio, a necropolítica (MBEMBE, Achille. *Necropolitics*, 2008. p. 152-182). Dada esta exposição panorâmica da do texto, o caminho metodológico adotado é o da pesquisa bibliográfica e documental.

2 O QUE PENSADORES TÊM A DIZER SOBRE A PANDEMIA?

2.1 VIGILÂNCIA DIGITAL E PANDEMIA: A PERSPECTIVA DE BYUNG-CHUL HAN

No auge da pandemia, em março de 2020, diversos pensadores refletiriam sobre a crise sanitária global provocada pela acelerada propagação do novo coronavírus. Em artigo publicado no dia 22 de março de 2020 no periódico espanhol *El País*, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, professor da Universidade de Artes de Berlim, avalia em seu artigo intitulado “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã”, a eficiência presumida das medidas adotadas por governos frente ao desafio imposto pelo vírus.

O filósofo compara medidas adotadas por governos asiáticos e europeus e discute sua provável eficácia na redução do contágio através do controle total de dados pelo Estado. Enquanto as medidas nos países asiáticos demonstrariam êxito parcial, em particular na China e Coreia do Sul, devido ao emprego do sistema de vigilância digital, estados europeus estariam fracassando no controle da doença por causa da escassez de ventiladores e máscaras diante da explosão do número de casos no continente.

Em março de 2020, em meio à primeira onda pandêmica, ocasião em que a Europa havia se tornado o epicentro da pandemia, em particular a Itália, o filósofo sul-coreano buscava compreender as vantagens que a Ásia teria em relação aos países europeus no enfrentamento da Covid-19. Enquanto os europeus estariam mais acostumados à liberdade e seriam mais refratários ao controle estatal, a tradição cultural de países asiáticos resultaria numa mentalidade mais subserviente e com elevado grau de confiança no Estado, independentemente de o regime corresponder a uma democracia ou autocracia.

Países como China, Hong Kong, Taiwan e Singapura, segundo Han, se caracterizariam por uma vida social marcada por regularidades mais severas, disciplina e uma elevada aceitação de sistemas de vigilância digital. A eficácia da vigilância digital se orienta pela relação de troca constante e irrestrita de dados entre provedores de Internet e telefonia, e órgãos estatais.

A República Popular da China foi o primeiro país a soar o alarme sobre a existência da COVID-19, sendo a cidade de Wuhan, na província de Hubei, o epicentro da pandemia (THE GLOBAL STATE OF DEMOCRACY INDICES (GSoD Indices). Além de vários bloqueios na província de Hubei, e especialmente em Wuhan, o governo central usou uma combinação de medidas restritivas e tecnologia para rastrear e isolar casos para interromper a transmissão local. O governo chinês passou a combater pandemia com câmeras munidas de medidores de temperatura corporal, controlando pessoas em vagões de trens com notificações pelo celular, determinando em situações sanitárias suspeitas a saída de passageiros de estações e o seu encaminhamento a unidades hospitalares. Cidadãos em centenas de cidades precisavam instalar em seus celulares um software capaz de determinar quem deve entrar em quarentena ou circular em locais públicos. Esses dados são compartilhados de forma simultânea com a polícia, incluindo sua localização.

Drones espalhados por toda parte, se porventura detectassem que algum cidadão escapou da quarentena, ordenavam a força o seu regresso à sua moradia. O governo ampliou e fortaleceu o uso de ferramentas de vigilância em nome do combate a pandemia.

O retrato que Han expõe da magnitude do controle digital exercido durante a pandemia, sobretudo na China, o conduz à redefinição do conceito de soberania cunhado pelo jurista alemão, Carl Schmitt (1888-1885), “Soberano é quem decide sobre o estado de exceção” (Schmitt, 2006). Na Ásia, porém, segundo Han, soberano não seria mais quem decide sobre o estado de exceção, mas seria “[...] quem dispõe dos dados”

A ressignificação do conceito de soberania de Carl Schmitt pelo filósofo sul-coreano é questionável, pois Han não se ocupa de sua complexidade semântica, tampouco parece interessado em fazê-lo. A decisão sobre o estado de exceção, à qual se refere o jurista alemão, se traduz na possibilidade de um sujeito indeterminado atuar como soberano ao decidir pela suspensão do ordenamento jurídico para evitar ou conter uma situação de perigo que ponha em risco a vida coletiva de uma associação política.

Ao contrário do que supõe Han, para Schmitt não haveria nenhum problema em adotar medidas extraordinárias como a vigilância, controle digitais e de fronteiras a fim de garantir à saúde e vida coletivas. Certamente, o jurista alemão diria que a decisão soberana sobre o estado de exceção e as medidas extraordinárias voltadas ao controle das instabilidades geradas pela situação de perigo à ordem constitucional não se restringiriam aos espaços marítimo, territorial, aéreo, cósmico, mas incluiriam também as espacialidades virtual e digital. Diante desse argumento, não há uma resignificação do conceito de soberania, como pretende Han, mas uma complementaridade que em nada altera a essência do conceito de Carl Schmitt.

A decisão sobre o estado de exceção se vincula a categorias binárias como dentro e fora, incluído e excluído, amigo e inimigo, civil e combatente, o que pressupõe uma espacialidade. A noção de estado de exceção schmittiana, porém, não pode ser aplicada a regimes autoritários como o chinês, porque, além de um critério espacial, a situação excepcional exige um critério temporal. O estado de exceção é sempre provisório, episódico, e, se porventura sua duração ultrapassa a situação de perigo que o justifica, ele se torna a regra, deixa de ser uma situação excepcional.

De acordo com Han, o controle soberano dos dados, somado ao seu cruzamento e processamento, alçaria o Estado chinês à vanguarda tecnológica da vigilância e controle ininterruptos. Onipotente e todo-poderosa, a China seria uma vitrine que colocaria à venda um sedutor modelo de um Estado dotado de soberania digital ilimitada: “A China poderá agora vender seu Estado policial digital como um modelo de sucesso contra pandemia” (Han, 2020).

O eficiente combate digital ao vírus pela China, Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, Taiwan e Japão, teria, durante a pandemia, transformado o modelo estatal de soberania digital em objeto de desejo cobiçado por outros países. A potência da soberania amparada pelo sistema tecnológico, capaz de gerir a vida das populações nos seus mais ínfimos detalhes, seria uma forma de biopolítica digital: “É possível que no futuro o Estado controle também a temperatura corporal, peso, o nível de açúcar no sangue etc. Uma biopolítica digital que acompanha a psicopolítica digital que controla ativamente as pessoas” (Han, 2020). O *big data* seria capaz de fazer uma análise preditiva – tendência de comportamento das pessoas, conduta social e do vírus e a consequência seria uma mais precisa política estatal.

Embora outros países adotem medidas semelhantes, a exemplo da Coreia do Norte e Taiwan, a China seria, na opinião de Han, o vetor asiático do sistema de vigilância digital que exigiria uma noção ressignificada de soberania para explicá-la, precisamente de uma soberania que monitora e administra a vida das populações nos mínimos detalhes pela via do monopólio dos macrodados.

Na esteira do pensamento de Byung-Chul Han, em meio a um mundo de conectividade digital cada vez mais elevada, soberano é quem controla o espaço virtual e dispõe dos dados digitais das populações. Com a sofisticação de seu sistema de vigilância, o modelo de soberania digital chinesa já teria rompido as molduras do tempo presente e antecipado o futuro mediante a vanguarda de uma soberania tecnológico-digital.

A despeito de o filósofo sul-coreano reconhecer a eficácia da vigilância digital no combate ao coronavírus, ele não deixa de estar preocupado com a ameaça à privacidade e à liberdade, já que a efetividade dos sistemas de vigilância sobre a epidemia da Covid-19 tem estimulado diversos governos a flexibilizar as legislações de proteção de dados pessoais. O problema para o qual se deve estar sempre alerta é a incorporação das medidas excepcionais após o término da pandemia que resultariam numa redução de liberdades e garantias fundamentais. Han não condena o uso do sistema digital em uma situação de emergência sanitária de escala global, mas teme que a vigilância digital converta Estados europeus em Estados policiais de vigilância digital: “Espero que após a comoção causada por esse vírus não chegue à Europa um regime policial digital como o chinês” (Han, 2020).

É curioso notar que a preocupação do sul-coreano se restringir ao continente europeu como somente houvesse Estados democrático de direito na Europa. Não deixa, porém, de servir de alerta a qualquer democracia preocupada com a garantia de liberdades e direitos fundamentais. Uma epidemia exige a maior transparência possível com relação às informações da doença e às medidas profiláticas voltadas à redução de danos. Afinal, a publicidade e a informação de qualidade com base na ciência criam confiança nas instituições e aceitação das medidas que possam implicar sacrifício da população. Manipular emoções, distorcer a realidade, usar retórica bélicas e medidas coercitivas sem informar corretamente à população causa revoltas contra às medidas e resistência ao seu cumprimento como vem ocorrendo não só em regimes autocráticos, mas também em diversas democracias nas quais governantes apresentaram hesitação, falta de clareza e discursos retóricos ambíguos.

A decisão de Estados europeus pelo fechamento de fronteiras também é discutida pelo filósofo que a considera inócua. Com o impedimento do ingresso de estrangeiros em seus países, a Europa teria retornado à época da soberania estatal no mesmo sentido proferido pelo jurista alemão, Carl Schmitt (1888-1985), em outras palavras decide quem deve ficar dentro e quem deve ficar fora dos limites territoriais estatais. (Schmitt, 1996). Conforme o filósofo sul-coreano, governos europeus teriam renunciado à cooperação mútua no interior da comunidade europeia e decidido pela proibição da entrada de estrangeiros em seus países. Segundo Han, “O fechamento de fronteiras são evidentemente uma expressão desesperada de soberania” (Han, 2020).

Ao contrário da afirmação de Byung-Chul Han, segundo o qual a Europa não conseguiria se desvencilhar de “velhos modelos de soberania”, o fechamento temporário de fronteiras por meio do bloqueio extraordinário de rodovias, portos, aeroportos, estão entre as medidas presentes no repertório de orientações contidas no art. 1º, inc. VI, do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O RSI foi estabelecido por um organismo supranacional cujas recomendações visam à cooperação entre os Estados por meio de ações coordenadas e integradas a fim de enfrentar doenças contagiosas cuja propagação pode atingir diversos países. Não há como uma pandemia ser exclusivamente combatida com medidas locais, isoladas ou somente com o sistema de vigilância digital pois é necessário adotar medidas coordenadas e cooperadas entre diversos países levando em conta suas singularidades.

Além disso, a medida de fechamento de fronteiras, não só foi recomendada pela Organização Mundial da Saúde, como também foi adotada pelos países asiáticos mencionados pelo autor. O funcionamento e eficácia da vigilância digital ocorre mediante uma relação de troca constante e irrestrita de dados entre provedores de Internet e telefonia e órgãos estatais. Equipada com 200 milhões de câmeras dotadas de tecnologia de reconhecimento facial, a China exerce um controle quase total sobre sua população de modo semelhante ao que fora idealizado pela onipresença e onisciência do panóptico analisado por Foucault, em *Vigiar e Punir*.

Este era o sonho de Bentham de uma cidade perfeitamente governada e que se baseava na mínima intervenção do Estado, o modelo de panóptico (BENTHAM, Jeremy; BOŽOVIČ, Miran, 1995). Este modelo, para o autor, pode ser entendido como um modelo de sociedade perfeitamente ordenada sem exigir a consideração de categorias metafísicas, como educação moral, integração cultural, busca de consenso ou

coordenação e concordância de valores, uma “sociedade coletivista”. Bauman (2007, p. 50-51) constata que o panóptico pode ser lido como uma parábola para a sociedade em geral porque é viável, ordeira, sem crime e com a falta de cooperação facilmente detectável e resolvida, que busca ativamente o maior benefício e maior felicidade. Enfim, uma sociedade completa com todas as funções e papéis indispensáveis para a sua sobrevivência e sucesso. Uma oposição entre liberdade e falta de liberdade. O sistema panóptico é útil e, em certa medida, lucrativa para os guardas e vigiados, o que reforça esta máquina como um instrumento adequado para o estabelecimento do autocontrole em todos os níveis pois combina a independência e o domínio sobre os internos. As novas formas de vigilância anunciadas por Han acabam por ampliar o conceito de panóptico, não substituindo completamente, mas o complementando, porque esta ferramenta de controle não está mais confinada a um espaço físico e permite dispensar o confinamento e penetrar na vida social e íntima dos vigiados e controlados.

É importante frisar que a análise de Han, em vez de ressaltar excessivamente a eficácia da vigilância digital no enfrentamento ao vírus, deveria chamar a atenção para o fato de que a opacidade de Estados autocráticos os torna mais aptos a esconder a veracidade das informações de sua população, enquanto democracias liberais tendem a ser mais transparentes em razão da imprensa livre e dos órgãos de controle com autonomia.

Han distorce ainda, o conceito de exceção, além do de soberania de Schmitt, pois, embora a decisão soberana inclua a possibilidade de determinar quem é amigo ou inimigo, o jurista alemão jamais associaria o novo coronavírus ou qualquer outro vírus a um inimigo. A relação amigo-inimigo somente existe entre humanos, ela só é possível entre coletividades humanas que negam reciprocamente sua existência, sua condição de possibilidade é uma intenção hostil recíproca, a mútua possibilidade de eliminação existencial. É cientificamente discutível se vírus são seres vivos ou meras moléculas, mas com certeza eles não têm intenção hostil ou de qualquer outra natureza, de modo que humanos, assim como qualquer outro animal, lhes são indiferentes.

O vírus não é nosso inimigo? Não, o melhor é tentarmos conviver com ele sem o deslocarmos de seus hospedeiros originários, sem desmatarmos o seu habitat. Se há um inimigo neste caso somos nós, nós nos tornamos nossos maiores inimigos. Nada de novo se nos lembrarmos que Hobbes ao aludir ao homem como lobo do homem, não se referia

apenas ao um homem como lobo de outro homem, mas ao homem como lobo de si mesmo dotado do potencial de se destruir mediante suas próprias paixões (AUTOR).

2.2 GIORGIO AGAMBEN E O ESTADO DE EXCEÇÃO

Giorgio Agamben, filósofo italiano, também apresentou seu diagnóstico sobre disseminação do Sar-Cov-2, no dia 26 fevereiro de 2020¹. De acordo com Agamben, a existência da pandemia seria uma invenção para ampliar a restrição de liberdades e garantir a manutenção do estado de exceção como paradigma de governo. O filósofo italiano considera que diante da tendência de esgotamento do terrorismo, pretexto para a manutenção do estado de exceção permanente, inventou-se em seu lugar uma pandemia para governos democráticos propagarem o pânico e justificarem a suspensão permanente das liberdades.

O filósofo italiano transmite a impressão de que está disposto a distorcer os fatos da realidade para manter a coerência com a teoria expostas há quase vinte anos em seus trabalhos “*O estado de exceção*” (2003) e “*Homo Sacer*” (1998), nos quais insiste na tese da incorporação permanente do estado de exceção por governos democráticos.

Mesmo diante da notícia diária de milhares de mortes, sobretudo dos mais vulneráveis, da falência do sistema hospital e do colapso funerário Agamben afirma que a pandemia instaura “estado de pânico coletivo” a fim de incitar às populações à reivindicação de cada vez mais segurança a ponto de o Estado democrático se converter em um Estado policial.

É notável como o radicalismo do filósofo italiano põe em cena uma zona de indistinção entre extrema direita e a extrema esquerda. Por vias distintas, discursos extremistas, sejam ideologias de esquerda ou direita, desaguam no denominador comum das teorias conspiratórias, de negacionismo, do maniqueísmo de polarização violenta. Embora seja possível reconhecer méritos das obras acima aludidas, como o empenho em desenvolver o conceito de biopolítica de Michel Foucault e de investir mais a fundo na tentativa de compreensão do conceito de estado de exceção cunhado por Carl Schmitt, a tese sustentada por Agamben torna míope sua capacidade analítica.

¹ AGAMBEN, Giorgio. Línvenzione di un'epidemia. Pub 26 fev de 2020. *Quodlibet*. Disponível em <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>>. Acesso em 26 de fev de 2020.

O filósofo italiano parece viver em um mundo paralelo dominado pela ideia segundo a qual governos de Estados democráticos conspiram constantemente contra os cidadãos a fim de eliminarem suas liberdades e ampliarem seus poderes. Estados democráticos estariam concentrando cada vez mais poderes para assegurar a manutenção de um estado de exceção permanente (Agamben, 2004, p. 13). Segundo a teoria conspiratória da exceção do filósofo os Estados democráticos contemporâneos viveriam num limiar nebuloso entre democracia e absolutismo.

O mundo viveria um estado de guerra civil mundial após o 11 de setembro do 2001 e “desde então, a criação de um estado voluntário de um estado de emergência permanente ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico”, sempre ameaçado, instigando crises de segurança nacional, e que se tornou uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive do chamados democráticos”.

Agamben, acredita que as democracias contemporâneas passam a se confundir com autocracias a partir da Guerra ao Terror declarada por Bush e se julgariam autorizadas a deter suspeitos por tempo indeterminado sem acusação ou julgamento. No processo de cumprimento de sua lógica, uniformemente, estaria instituído um estado policial biopolítico global, um Abu Ghraib ou Guantánamo totalizado. Todo suspeito de ser inimigo poderia ser considerado terrorista e seria incluído no estado de exceção biopolítico por meio da suspensão de seus direitos de proteção, de modo que ele estaria despido de qualquer direito tornando-se um mero vivente, um inimigo perpétuo.

Ao sustentar, desde 2003, a ideia segundo a qual na contemporaneidade vivemos sob um estado de exceção permanente, o autor perde qualquer referencial conceitual que lhe permita enxergar nuances, distinguir entre ordem e desordem, normal e anormal, nomos e anomia, entre estado da natureza e estado social, entre *Beehemouth* e *Leviathan*.

Os conceitos devem estar à serviço da compreensão da realidade complexa e contribuir com suas propriedades analíticas para a realização de diagnósticos e prognósticos², o que ocorre, porém, com o conceito de exceção, elaborado por Agamben, é uma distorção conceitual que leva a falência de suas propriedades analíticas compreensivas.

² Ver FERREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. The law of the exception: A typology of emergency powers. *International Journal of Constitutional Law*, v. 2, n. 2, p. 210-239, 2004.

2.3 AGAMBEN E HAN: O CORONAVÍRUS COMO INIMIGO?

Assim, como o filósofo italiano Giorgio Agamben, Byung-Chul Han questiona o pânico desmedido causado em todo o mundo pela pandemia do novo coronavírus. Han afirma que nem a Gripe Espanhola, com letalidade muito maior, casou tantos prejuízos à economia.

Ao tentar compreender os motivos que desencadearam um desproporcional temor em escala global, observa que Macron em seu discurso dirigido à nação francesa declarou guerra contra inimigo invisível. A alusão ao discurso belicista de Emmanuel Macron, leva Han a perguntar: “Estamos diante do inimigo de um retorno do inimigo?” Esta indagação o obriga a retornar à tese exposta em seu livro mais conhecido, “*Sociedade do cansaço*” (2010), na qual sentencia de modo precipitado e equivocado, o fim da sociedade imunológica, que seria caracterizada, não só pelo corpo humano, mas também pelo corpo político, dotado de um sistema de defesa que reage de modo negativo à alteridade. A alteridade, o outro, o vírus, que se traduzem no diferente, estrangeiro, inimigo ou invasor, provoca na sociedade imunológica uma reação bélica, uma negação, uma destruição do *lhe* é exterior.

A sociedade imunológica, é retratada por fronteiras, cercas, muros, que impõem entraves à circulação de pessoas mercadorias e limitam o fluxo de capitais. A organização imunológica da sociedade teria sido minada pela globalização que teria solapado fronteiras, dissolvido as barreiras imunológicas, destravado a circulação do capital e eliminado a “negatividade do desconhecido e do inimigo”. A tese de Han, alicerçada na ideia do fim da negatividade que teria revogado o inimigo, a inimidade, não responde de modo satisfatório ao problema do terrorismo que não desapareceu após a Guerra Fria. Com relação ao terrorismo, Han se limita a imprecisões: “Ultimamente até terrorismo islâmico parecia ter se deslocado a áreas distantes”. Ao contrário, o terrorismo se tornou mais frequente após Guerras posteriores à Guerra Fria, como as Guerra do Iraque, Afeganistão e tantas outras, omitidas pelo filósofo sul-coreano.

Nesse sentido, a visão de Han se alinha ao pensamento de Agamben na discussão sobre o esmorecimento do terrorismo como fato gerador das medidas de exceção em tempos pandêmicos. Ambos os filósofos põem o terrorismo em quarentena a fim de

argumentarem que, diante de seu esgotamento, a pandemia seria a nova fonte da vigência do estado de exceção.

Embora a tese inicial de Han, segundo a qual a globalização teria levado ao fim inimizado, jamais tenha encontrado ressonância em uma realidade repleta de antagonismos, de conflitos bélicos e inimigos, e, frente à pandemia, o filósofo se vê obrigado rever sua teoria ao declarar que “A realidade e a resistência, volta a se fazer notar no formato de um vírus inimigo”. Assim, Han reconhece o retorno da realidade e da resistência, elementos constitutivos de sua concepção de sociedade imunológica marcada pela negatividade.

2.4 GLOBALIZAÇÃO E DESGLOBALIZAÇÃO

A pandemia tornou ainda mais evidente a fragilidade dos mercados financeiros, sobretudo diante do pânico provocado pelo efeito coronavírus de desaceleração das indústrias e do consumo. O mercado financeiro, segundo Byung-Chul Han (2020), viveria em um estado de pânico que lhe seria imanente. A economia mundial globalizada, marcada por convulsões e oscilações, já era precária antes da pandemia que agravou sua situação. Apesar de acentuar a vulnerabilidade do sistema capitalista, Han considera, ao contrário de outros pensadores, como Slavoj Žižek³, que após a pandemia o capitalismo sairá fortalecido como ocorreu em inúmeras outras crises.

Em sentido contrário, veremos que Žižek acredita que a crise sanitária ou a sua ameaça possibilita fortalecer a rede de solidariedade global porque nossas pequenas diferenças se tornam insignificantes e todos acabamos trabalhando juntos para encontrar uma solução. O ponto não é desfrutar sadicamente do sofrimento generalizado na medida que ajuda a minha causa, pelo contrário, o ponto é refletir sobre um fato triste de que necessitamos de uma catástrofe para que possamos repensar como fortalecer e criar organismos supranacionais a fim de tornar a população mundial mais apta a lidar com as crises que terão cada vez maior magnitude global.

A sociedade da positividade de Han, que desde a Guerra Fria até a pandemia teria suprimido a vigência da sociedade imunológica, seria marcada pela digitalização cujo efeito é justamente “[...] eliminar a realidade”, porque “[...] na época pós-fática das *fake news* surge uma apatia à realidade”. E essa apatia teria esmorecido diante da realidade pandêmica.

³ Ver ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemic! COVID-19 shakes the world*. John Wiley & Sons, 2020.

Domenico de Masi, sociólogo italiano, relata em artigo publicado no dia 22 de março de 2020, no periódico brasileiro Folha de São Paulo⁴, a situação trágica vivida pela Itália durante o período em que o país havia se tornado o epicentro da pandemia e discute como algumas imposições do estado de emergência sanitária alteraram o modo de vida e o funcionamento estatal. Ele argumenta que algumas das mudanças exigidas pelo enfrentamento da crise causada pela Covid-19 podem ser aproveitadas para modificar a lógica neoliberal sustentada pela dinâmica mercadológica da economia global. O teletrabalho (*home office*), a ampliação da rede de solidariedade, o acesso universal à saúde pública e a informação da população com primazia dos fatos sobre a opinião estão entre soluções e proposições que podem nos deixar menos vulneráveis diante de futuras crises globais.

De Masi sustenta que “mais do que nunca soberanismos parecem tentativas fantasiosas contra a globalização” (De Masi, 2020). A veloz disseminação do novo coronavírus em todo o planeta é uma prova viva do elevado grau de interconexão e interdependência da humanidade. O sociólogo se opõe veemente aos que sustentam um movimento de desglobalização, ao declarar que os soberanismos parecem tentativas falaciosas de ir contra a globalização porque a difusão da pandemia e sua rápida volta ao mundo demonstram que deter a globalização é como se opor a força gravitacional. A pandemia seria antinômica ao movimento de desglobalização, pois “A difusão global da covid-19 pode, portanto, ser vista como uma demonstração poderosa do modo como atual globalização ligou entre pessoas e sociedades à escala planetária” (Leal, 2020).

Observa o sociólogo italiano, que o vírus atacou o coração do neoliberalismo, evidenciou a falta de acesso à rede de saúde pela população mais vulnerável. O vírus não se intimidou diante do discurso populista da superpotência bélica norte-americana, ele expôs a fragilidade de um modelo de sociedade liberal que sempre se orgulhou da primazia do indivíduo, do privado frente ao público, de um povo eleito branco, anglo-saxão e protestante com a missão de guiar a humanidade rumo ao progresso.

2.5 SLAVOJ ŽIŽEK: A HUMANIDADE NA MESMA EMBARCAÇÃO NO MAR DA CRISE VIRAL

Slavoj Žižek, filósofo esloveno, afirma no capítulo II de seu livro, intitulado “Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo”, que diante de ameaças virais,

⁴ DE MASI, Domênico. Coronavírus anuncia revolução no modo de vida que conhecemos. Pub 22 de mar de 2020. *Folha de São Paulo*. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/03/coronavirus-anuncia-revolucao-no-modo-de-vida-que-conhecemos.shtml>>. Acesso em 20 de mar de 2020.

crescente número de refugiados, catástrofes, secas, ondas de calor, tempestades, que a população mundial se encontra no mesmo barco. A magnitude global da epidemia do coronavírus torna claro que “todos estamos no mesmo bote”. O argumento de Žižek se apoia na frase, alçada a um lugar durante a pandemia: “Esse vírus é democrático e não discerne entre ricos, entre políticos e cidadãos comuns”. A ideia de uma humanidade em uma mesma embarcação atravessando tempestades seria a centelha catalisadora da solidariedade global.

A imagem de uma nau em meio ao dilúvio, nos remete à Arca de Noé na qual os passageiros da embarcação veem no horizonte à salvação. O vírus não teria apenas o efeito de provocar a doença, mas também de infectar e contagiar à humanidade com a solidariedade e conscientização do imperativo do fortalecimento e da criação de organismos supranacionais aptos à coordenação e integração.

A infecção pelo vírus da união de todas as populações mundiais diante das tempestades das crises globais forneceria à direção à superação da crise sanitária atual e das futuras crises. Nas singularidades constitutivas percebidas entre Žižek e De Masi, de que a pandemia representa questão de vida e morte e, que não há possibilidade de se enfrentar um vírus “tão ardiloso e potente” de forma solipsista, a coordenação, cooperação e a coesão são elementos constitutivos para a vida pandêmica e pós pandêmica. Estas são análises interessantes, mas encontram-se fora da realidade da atual crise sanitária global a partir de alguns pontos de inflexão.

O vírus pode ser “democrático”, mas afeta de modo distinto as pessoas e populações, devido à profunda desigualdade social causada pela notável concentração de riqueza, pobreza e miséria em todo planeta. Žižek tem razão ao declarar diante de todas as “tempestades” “[...] a resposta correta deve ser não um pânico generalizado, mas o trabalho duro e urgente de estabelecer algum tipo de coordenação global eficiente.” Realmente a crise deveria nos ensinar o imperativo do comum, que se traduz no fato de que somente superaremos desafios globais pensando nos problemas conjuntos à humanidade e não somente nas questões que nos afetam de modo particular. A utopia do comum causada pela distopia da pandemia parece infectar Žižek e outros pelo otimismo em meio à catástrofe.

A ineludível realidade concreta do viver pandêmico mostra que, apesar de haver uma tentativa de se construir um campo de solidariedade mundo a fora, a pandemia tornou ainda mais visível um aspecto nada altruístico da expressão do individualismo humano:

egoísmo, a indiferença à doença e morte alheia, daqueles que festejam, se embriagam da vida pandêmica e infectam a si e aos outros em meio um entorno fúnebre com centenas milhares de mortos pela Covid-19. A pandemia descortinou uma forma letal de egoísmo: o necroegoísmo, uma exacerbação do egocentrismo cuja consequência é a real possibilidade de provocar a morte do outro pelo contágio. O necroegoísta não se importa em causar a mortalidade alheia, não vê o princípio da realidade e que centenas de milhares de pessoas morrem todos os dias em razão ou não do contágio, ele se julga blindado e se recusa a privar-se de qualquer prazer ou abrir mão de hábitos do mundo pré-pandêmico.

Durante a pandemia assistimos a governos negacionistas, que contestam a existência ou periculosidade do vírus, presidentes contrários à vacina, numerosos protestos no mundo inteiro contra os protocolos da OMS e de governos que salvaram inúmeras vidas e possibilitam a retomada com segurança de suas economias.

O sociólogo português, Boaventura de Souza, em seu trabalho “A cruel pedagogia do vírus, declara que não estamos no mesmo barco, pois o vírus afeta a todos, porém de forma muito diferente:

“Na América Latina, cerca de 50% dos trabalhadores empregam-se no setor informal. Do mesmo modo, no caso do Quênia ou de Moçambique, devido aos programas de reajustamento estrutural dos anos 1980-1990, a maioria dos trabalhadores é informal. Isso significa que eles dependem de um salário diário; mesmo os que possuem um emprego formal gozam de poucos benefícios contratuais. A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome.” (SANTOS, 2020)

Boaventura tem razão em afirmar que pandemia afeta de modo diferente os trabalhadores informais, uma imensa parcela da população mundial, mas não esclarece que em inúmeros países, como o Brasil, trabalhadores informais receberem auxílios emergenciais que permitiram reduzir os riscos e adotar parcialmente medidas de quarentena. De toda forma, ainda que as medidas isolamento social, quarentena, e *lockdown* não possam ser feitas pelos mais pobres, elas reduzem a taxa de ocupação de hospitais e salvam inúmeras vidas em todo o mundo. A crítica de Souza aos protocolos da OMS ofusca o protagonismo da organização e de seus méritos que, a despeito de algumas falhas, como a demora em soar o alarme emergencial do estado de exceção sanitário global, fornece orientações profiláticas mais seguras capazes de orientar

inúmeros países; possui expertise em construir diretrizes e protocolos sanitários no enfrentamento de crises; de construir uma rede de cooperação e coordenação global no enfrentamento do vírus, que foi capaz de salvar inúmeras vidas e atenuar a tragédia sanitária em diversos países.

Além do limite da globalização do mercado, Slavoj Žižek, acredita que a epidemia do coronavírus também torna visível a demarcação ainda mais fatal do populismo nacionalista que insiste na soberania plena de Estado. Justamente, porque acabou a ideia de “América (ou quem quer que seja) em primeiro lugar!”.

Observa-se, ainda, outro ponto de interseção nos pensadores Han e Agamben: o uso constante da retórica bélica, que é um potente instrumento de unificação de forças internas e externas a combater o “inimigo” (ANSAH, 2003).

Para o campo do político, o vírus visto como inimigo e como meio de defesa eficaz, pode representar uma conexão tênue entre travar uma guerra interna ou estabelecer uma política claramente definida e articulada sob uma teoria da guerra, como a securitização da saúde vista como estratégia legal para legitimar ações e movimentos políticos autoritários, populistas ou militarizados.

3 O VÍRUS COMO INIMIGO

Durante a guerra fria a retórica⁵ bélica era frequente em discursos e pronunciamentos de políticos, mas a possibilidade era real, os inimigos eram conhecidos e a temperatura de tensão bélica entre comunistas e capitalistas subia com frequência a ponto de tornar-se quente a guerra como ocorreu em diversos casos como a Guerra do Vietnã, da Coreia etc. A retórica marcial não estava desenraizada de eventuais situações concretas com inimigos determinados.

Toda a mobilização de metáforas, símbolos, mitos marciais são recursos de uma retórica bélica cujo teor pretende despertar a consciência coletiva para uma situação

⁵ Para uma definição simples recorre-se a triáde retórica de Aristóteles onde a capacidade de um orador de persuadir um público é baseada em quão bem o orador apela a este público em três áreas diferentes: *logos*, *ethos* e *patos*. *Logos* apela à razão e pode ser pensado como o texto do argumento, bem como o quão bem um escritor abordou seu ponto de vista, o poder de provar a verdade pela via da persuasão. *Ethos* apela ao caráter do escritor e pode ser pensado como o papel do escritor no argumento, ou seja, o quão crível é o seu argumento. *Pathos* recorre ao poder de despertar as emoções e à imaginação simpática, bem como às crenças e valores. A retórica com sua preocupação com a ética, as emoções as palavras é dialética e política e seus interesses envolve alternativas e possibilidades dentro da esfera da ação humana. (ARISTOTLE'S RHETORIC. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2010.)

extrema que escapa à normalidade da vida ordinária. Clausewitz, Graham e Rapoport (1968) sugerem que para compreender as diferentes concepções da natureza da guerra, pode-se começar pela compreensão que “a própria natureza da guerra é em grande medida determinada pela forma como o homem a concebe”. A excepcionalidade de um evento capaz de provocar a interrupção do curso regular da vida social carece de um termo adequado para designá-lo, identificá-lo e compreendê-lo.

Como nomear situações-críticas, situações-limite, que escapam ao imaginário cotidiano do funcionamento regular da ordem pública? Há uma propensão a chamar situações-extremas de guerra e aqueles que a causam de inimigos. Em uma cultura tão multifacetada como a nossa sempre haverá tantas maneiras de falar sobre a guerra, e tantos pontos de vista, quanto existem pessoas para expressá-las (ANSAH, 2003, p. 814). Além disso, AnsaH nos informa que sempre haverá um amálgama de visões complexas e contraditórias abrigadas na mesma instância de discurso. As palavras sempre têm efeitos práticos e simbólicos, mas a linguagem da guerra é sempre lançada em termos maniqueístas e apocalípticos e, é nesse sentido que o discurso pode expressar a ideia de se imaginar uma guerra real.

Afinal, a mobilização total contra a Covid-19 pode ser definida como uma guerra? Teríamos um inimigo comum, um inimigo invisível, inumano? Qual seria a função da retórica marcial empregada por lideranças em todo o mundo para designar o vírus como inimigo? Qual a eficácia do uso do vocabulário bélico que se refere ao vírus como inimigo invisível e afirma conduzir uma guerra contra ele? É eficiente a linguagem belicista para legitimar adoção das medidas sanitárias para reduzir o contágio pela Covid-19?

Após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar, no dia 11 de março de 2020, a pandemia do coronavírus, observa-se que algumas lideranças mundiais adotaram uma retórica marcial em seus pronunciamentos. O Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, não escapou do vocabulário bélico: “Nosso mundo encara um inimigo em comum: a Covid-19. A fúria do vírus revela claramente a loucura de uma guerra”, “Declaremos a guerra ao vírus. A COVID-19 é o nosso inimigo comum. Temos de declarar a guerra a este vírus” (SWISSINFO.CH, 2020). Presidentes e Primeiros-Ministros de diversos países alçaram o vírus ao status de inimigo invisível da humanidade, na esteira do Secretário Geral da ONU, e lhe declararam guerra. Autoridades usaram e abusaram da linguagem bélica com o propósito de persuadir às populações a aceitarem as medidas excepcionais necessárias. O emprego de metáforas

bélicas como justificativa para exigir o sacrifício e a submissão das populações às medidas restritivas de liberdade para salvar vidas e evitar danos à saúde coletiva, suscitou questionamentos sobre o alcance e o limite da retórica marcial.

3.1 OS DISCURSOS BÉLICOS DE MACRON, MERKEL E TRUMP

No dia 16 de março de 2020, Emmanuel Macron, Presidente da França, empregou sete vezes o termo “guerra” em seu pronunciamento televisivo à nação francesa. A passagem mais notável de sua declaração de 21 minutos, proferida em seu gabinete no Palácio Eliseu, repercutiu amplamente: “Estamos em guerra, reconhecidamente uma guerra sanitária: não estamos lutando contra um exército nem contra outra nação. Mas o inimigo está aí, invisível, elusivo, e está avançando. E isso requer nossa ampla mobilização”.

Quatro dias depois, no dia 20 de março, a chanceler alemã Ângela Merkel rompeu o silêncio ao declarar em seu pronunciamento à população alemã que o desafio representado pelo coronavírus só encontra precedente histórico na Segunda Guerra Mundial: “[...] desde a Segunda Guerra Mundial, não houve desafio para nosso país em que nossa ação conjunta fosse tão importante [...]”. Embora o tom de Merkel fosse mais ameno que o de Macron, a analogia com a Segunda Guerra Mundial evidenciou que os sacrifícios exigidos à população alemã só encontrariam um precedente no maior conflito bélico de todos os tempos.

O ex-presidente norte americano Donald Trump, após ser confrontado com pandemia à porta de seu país, foi compelido a mudar seu discurso deixando de se referir à disseminação global do coronavírus como “uma gripe”. Após quase um mês e meio desprezando a crise mundial provocada pela acelerada propagação do vírus, o Presidente norte-americano correu para assumir a posição de comandante Chefe da nação e se lançou no “campo de batalha” como um general que chegou atrasado para comandar as tropas no *front*: “Sou um Presidente em tempo de guerra” [...] “isto é uma guerra contra um inimigo invisível”). A redefinição de sua postura alçou, em meio corrida eleitoral norte-americana, aumentou o índice de sua aprovação a 49%, nível mais alto alcançado desde o início de seu mandato. Fiel ao estilo populista autêntico invocou um discurso épico: “Cada geração foi chamada a fazer sacrifícios compartilhados pelo bem da nação”, bradou, concluindo “Devemos nos sacrificar juntos porque estamos juntos nisto”.

A inflexão no discurso, remodelou sua imagem ao abandonar a arrogância e onipotência de quem se julga invulnerável por estar à frente da maior potência mundial, aquela que, supostamente, teria a maior capacidade em lidar com situações de emergência. Além disso, a ressignificação do discurso de Trump, por meio do abandono do tratamento da pandemia como uma gripe, elevou sua popularidade e a moral da população.

O vírus não se “intimidou” diante do discurso populista da superpotência bélica norte-americana e expôs a fragilidade de um modelo de sociedade liberal que sempre se orgulhou da primazia do indivíduo, do privado frente ao público, de um povo eleito branco, anglo-saxão e protestante com a missão de guiar a humanidade rumo ao progresso. As quase 608,417 mil mortes pela Covid-19 nos EUA⁶ já superam de longe o número de soldados americanos mortos em combate na Segunda Guerra Mundial. O elevado número de óbitos provocado pela doença expôs a irresponsabilidade do presidente. A demora de Trump em estabelecer um plano federal de contenção, prevenção e tratamento da COVID-19, está sendo paga com um elevado número de mortes que poderiam ter sido evitadas. O vírus atacou o coração do neoliberalismo, evidenciou a falta de acesso à rede de saúde pela população mais vulnerável, aproximadamente 90 milhões segundo Domenico De Masi. A pandemia descortinou a inépcia do presidente, sua incapacidade de governar, revelou a desigualdade socioeconômica e racial e tornou visível milhões de norte-americanos sem emprego e acesso a um sistema de saúde público.

3.2 BANALIZAÇÃO DO DISCURSO BÉLICO

O vocabulário bélico usado por lideranças de todo mundo não se restringe apenas a ressaltar o esforço necessário a evitar os perigos e minimizar os danos causados pelo novo coronavírus. Embora o tenho utilizado, António Guterres deixou claro em seu discurso que os países têm a responsabilidade de acelerar, reforçar e ampliar a sua ação dirigida à implementação de estratégias de contenção; ativando e reforçando sistemas de respostas a emergências; aumentando significativamente a capacidade de testar e tratar os pacientes; preparando os hospitais; garantindo que teriam espaço, recursos e pessoal;

⁶ Dados extraídos no dia 16 de julho de 2021 através do sítio eletrônico Johns Hopkins University of Medicine, disponível em < <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>.

e implementando procedimentos médicos para salvar vidas. Além disso, alertou para o fato de que todos temos a responsabilidade de seguir os conselhos médicos e adotar comportamentos simples e práticos recomendados pelas autoridades sanitárias.

Ao contrário do Secretário Geral da ONU, alguns governantes, ao ativarem a linguagem bélica, buscam suscitar o patriotismo inflamado, a recordação gloriosa do passado e provocar a mobilização da população frente à situação emergencial. A naturalização e banalização do discurso bélico não pode escapar ao olhar de um observador atento da crise que nos acomete: a retórica marcial jamais é inócua, sempre produz efeitos, seja na “guerra”, que se diz travar nos morros do Rio de Janeiro, seja contra o vírus. Ela produz uma narrativa legitimadora da ativação dos dispositivos emergenciais, seu argumento é de urgência, da necessidade inabalável que justifica que o soberano recorra à última *ratio* estatal.

Toda vez que se parte de um conceito universal abstrato de humanidade se corre o risco de supor a inexistência de guerras e inimigos, porque há uma tendência a fundir pacifismo e humanidade e concluir por um entendimento pacífico da humanidade. O problema, porém, é que a construção de um conceito de uma humanidade pacífica não extirpa a existência conflitos coletivos violentos intrínsecos ao ser humano: “O perigo de uma moral universalista que, ao buscar subsumir a totalidade dos seres humanos a um único conceito de humanidade, elimina as distinções políticas e, com isso, eleva ao extremo o nível de intensidade a inimizade. O inimigo da humanidade não é meramente o inimigo público, mas o moralmente degradante que encontra sua contraposição no inumano. Sob a ótica schmittiana, o empenho em universalizar um valor moral pacifista pela negação dos antagonismos extrapola a intensificação dos conflitos. (AUTOR)

O grau de conexão e interdependência intrínseco ao processo de globalização atingido pelas populações mundiais expôs uma vulnerabilidade sem precedente na história. As condições contemporâneas de existência humana, indissociáveis de uma interdependência global, expuseram fragilidade dos seres humanos frente à imprevisibilidade de um vírus desconhecido. Sua representação como inimigo invisível comum, contra o qual convém fazer a guerra, guarda uma carga semântica eivada de ambiguidades: de um lado a tendência a nomear situações de grau extremo de contingência como lembra Clausewitz (2016) ao definir a guerra como terreno de incertezas onde o acaso se manifesta da maneira mais extrema. De outro, nomear o inimigo é um empenho em domar, domesticar a contingência (LUHMANN, 2016).

O uso da retórica marcial em tempos de crise profunda é um expediente político eficiente, uma ferramenta retórica capaz de disparar o alarme e despertar a consciência coletiva porque pode promover um choque de realidade e despertar a população para situação de emergência extrema. Mas convém indagar: vivemos de fato uma guerra? É possível deflagrar a guerra diante da pandemia que a provoca a condição de inimigo a ser vencido?

À exceção de trabalhadores que exerçam funções essenciais, a maioria das atividades profissionais foi obrigada à paralisação, salvo a exercida pela minoria privilegiada cujo labor pode ser realizado à distância do local de trabalho e que se convencionou a chamar de teletrabalho ou *home-office*. A parte da população mundial, sobretudo aquela parcela mais diretamente confrontada com pandemia, estava em isolamento social, compelida ao recolhimento em suas moradias, e foi atormentada pelo fantasma real da doença e da morte que ronda suas portas. As ruas e avenidas superpopulosas dos grandes centros urbanos ganharam paisagem desértica até então nunca vista, se converteram numa terra de ninguém à espera do eventual “ataque do inimigo”.

Os hospitais se tornaram campos de batalha onde exércitos de médicos, enfermeiros, agentes de saúde em geral, enfrentam no dia-a-dia batalhas de vida e morte. Lutam contra um “inimigo” microscópico, ainda pouco conhecido, que não discrimina suas vítimas, não respeita fronteiras e tampouco soberanias, não reconhece nenhum limite de circunscrição da guerra, não revela suas armas, seu potencial de letalidade e tampouco suas mutações camaleônicas.

A angústia e frustração dos governantes de potências bélicas impedidos de mobilizar gigantescos aparatos bélicos de alta tecnologia elevado poder de destruição frente à névoa da “guerra” contra um “inimigo” invisível e global revela os limites do egocentrismo, da onipotência do ser humano. Para aqueles que amam a guerra é decerto uma frustração substituir caças, porta-aviões, taques, fuzis por álcool em gel, máscaras, aventais, luvas, ventiladores, leitos etc.

Assim, o vírus ressuscita a soberania dos Estados nacionais (RUNCIMAN, 2020; HAN, 2020; ŽiŽEKk, 2020), pois apesar da importância de organismos supranacionais, como é o caso da OMS, são as decisões locais dos governantes estatais que determinam o êxito ou fracasso no empenho em reduzir os riscos provocados pela doença. No entanto,

sem o mínimo de cooperação e integração em escala global, nacional e subnacional não se supera os riscos de uma pandemia.

Ao se buscar restaurar a normalidade democrática, após a mitigação dos danos provocados pelo vírus, agravar-se-á uma crise econômica de recessão global que imporá uma série de medidas emergências que dificultarão a transição da anormalidade do estado de exceção à normalidade democrática, o que conservará o estado de exceção em certa medida. O mundo pós pandêmico será o de semiexceção. A passagem à normalidade, à regularidade de uma vida social e política próxima ao que vivíamos até março de 2020, será marcada por adversidades e apresentará características de uma situação de pós-guerra, mas ainda assim é algo completamente diferente de uma situação na qual agrupamentos de pessoas se eliminam reciprocamente em larga escala.

É necessário cuidado com a retórica marcial, pois além do interesse que visa despertar para a gravidade da crise, seu uso também pode caracterizar um discurso capaz provocar mudanças sociais, justificar medidas que escondem interesses particulares desvinculados daquilo que se qualifica como guerra a ser conduzida contra um inimigo. A abertura do caminho para uma “ditadura constitucional” ou entrincheiramento de poder⁷.

Há, por fim, duas características do discurso que devem disparar o alarme emergencial da atenção: o uso do discurso bélico cria um terreno fértil à militarização, militarização da política e securitização da saúde, voltada contra um inimigo que não é um inimigo, mas apenas um vírus que se propagou, que foi deslocado de seus hospedeiros (DAVID WALTNER-TOEWES, 2020). Além disso, a guerra é um fenômeno tipicamente humano e somente pode ocorrer entre humanos, ao menos até o presente, a metáfora bélica não é apenas ineficaz, como tem o potencial de elevar a polarização entre governantes e governados e as noções como ocorre ao se falar em vírus chinês.

A frustração diante da indiferença do vírus, contra quem não há guerra, nem possibilidade de paz, tende a conduzir à determinação do “inimigo indeterminado e invisível”. A população se divide entre os que combatem o inimigo e os que são amigos do inimigo, de modo que o amigo do meu inimigo é meu inimigo. À medida em que a

⁷ O Presidente Erdogan, na Turquia, concentrou o seu poder por meios políticos e constitucionais e, por meio de expurgos sucessivos com o objetivo de “erradicar inimigos do estado” (ACAR, 2016).

inimizade passa a ser determinada, ela vai gradualmente deixando o palco meramente retórico e entrando em um terreno de incertezas.

4 CONCLUSÃO

Ao contrário do que afirma Žižek, o capitalismo não foi golpeado e tampouco abalado, mas confrontado com uma crise grave que levará países a rever a dinâmica de suas cadeias produtivas a fim de tornar o sistema de produção, distribuição e consumo de bens mais resilientes e resistente às futuras crises.

A geopolítica econômica da crise sanitária conduzirá países ocidentais a frear a descentralização de suas cadeias produtivas de modo a não impedir a concentração de insumos essenciais em países asiáticos. A escassez de ventiladores, máscaras e uma séria de remédios usados no enfrentamento da Covid-19 foi reflexo de concentração da produção de bens essenciais em países asiáticos, sobretudo na China. Organismos supranacionais precisam ser fortalecidos para enfrentar futuras pandemias e toda sorte de crises que tendem a cada vez mais ter caráter global na vida pós pandêmico.

A pandemia é alçada por De Masi à prova cabal da necessidade de solidariedade global, sem qual não se consegue enfrentar os desafios contemporâneos. Neste sentido, o filósofo italiano está muito próximo de Žižek, que afirma que frente à pandemia estamos no mesmo barco e diante disso precisamos reinventar o comunismo, o que nada tem a ver com criação de regimes totalitários unipartidaristas, mas com a criação e fortalecimento de organismos supranacionais, como é possível verificar em estágio embrionário na OMS.

Embora Žižek afirme que em momentos de epidemia seja necessário um Estado forte, uma vez que medidas de larga escala, como quarentenas, devem ser implementadas com disciplina militar, a China seria a única potência capaz de submeter centenas de milhões de pessoas à quarentena (Žižek, 2020). Por isso, ele não só entende, mas parece acreditar que solução para a pandemia virá pela via de uma solidariedade incondicional e por uma resposta globalmente coordenada, o que se aproxima da posição de Domenico de Masi. Outro ponto evidenciado por Han e Agamben se refere ao uso constante da retórica bélica, um instrumento de unificação de forças internas e externas voltadas ao combate do “inimigo”.

A eficácia do uso da retórica bélica é questionável e pode resultar em consequências não antecipadas das ações esperadas, convertendo a adesão às medidas

sanitárias em desconfiança. A abordagem marcial é sensacionalista, inadequada para tratar ações profiláticas de caráter epidemiológico, que precisam informar de modo inequívoco sobre medidas protetivas que nada tem a ver com conflitos violentos que eventualmente buscam bodes expiatórios. O discurso belicista, assim como o negacionista, pode provocar antagonismos, movimentos *antiestablishment*, enfim ações violentas que podem legitimar movimentos políticos autoritários ou populistas. A declaração de guerra ao vírus, além de ineficaz, representa o desenraizamento do homem do meio ambiente como se fosse autossuficiente. Retrata a arrogância de uma espécie que vive em guerra contra as demais, buscando exterminar, desalojar, expulsar o que lhe é estranho de seus habitats naturais.

Frente a percepção de ter se tornado hospedeira de um visitante viral letal, a humanidade vê sua existência reduzida e ameaçada por vírus invisível, absolutamente indiferente à sua vida. A experiência coletiva com a maior probabilidade de morte, à exceção daqueles que sentem aversão à ciência e predisposição ao mergulho obscuro no abismo, passam a se enxergar como uma espécie entre outras.

A pandemia, porém, mostra que o obscurantismo, o egoísmo e a indiferença à alteridade é outra pandemia anterior à crise sanitária global da Covid-19. O ser humano, desamparado, como em um passe de mágica, oscila do ser onipotente ao impotente, da sensação do predador à presa frágil que perece pela doença provocada por um vírus invisível.

Durante a gripe espanhola em 1918 ninguém ousou chamar o vírus H1N1 de inimigo invisível ou de qualquer espécie, tampouco se caracterizou a necessidade de enfrentá-lo como guerra. A gripe espanhola se desencadeou em plena Primeira Guerra Mundial e ninguém teria associado a epidemia com uma guerra e um inimigo. A gripe, inicialmente também foi ocultada da população a fim de não abalar ainda mais o moral das tropas desgastadas pela guerra. Fez entre 25 e 50 milhões de vítimas, mas diante de uma Guerra Mundial com uma extensão do poder de letalidade até então desconhecido pela humanidade. Apesar de sua gravidade, ela realmente foi tratada como uma pandemia despedida da roupagem marcial e linguagem hostil. Naquele contexto não era possível antropomorfizar o vírus e alçá-lo ao status de inimigo, pois os seres humanos estavam dominados pela tragédia humana do flagelo da guerra e se mobilizavam em escala mundial com finalidade sua de eliminação recíproca.

Inimigos podem ter alguma característica semelhante a Covid-19, podem ser invisíveis, globais, irregulares, não distinguir entre civil e combatente etc. A antropomorfização do vírus reside na angústia e no desamparo de lidar com uma situação desconhecida de elevado grau de incerteza e na necessidade despertar as populações em virtude da necessidade conscientização para o fato de ser humano ser apenas eventual alvo de infecção, mas também um vetor de transmissão da doença. O vírus não é inimigo, é apenas uma molécula ou um ser dentre outros que precisa ser observado e com o qual passaremos a conviver.

REFERÊNCIAS

- ACAR, Ali. “De-constitutionalism” in Turkey? *Verfassungsblog: On Matters Constitutional*, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. Poder soberano e vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. *Estado de Exceção*. São Paulo: Bointempo, 2003
- _____. et al. *Sopa de Wuhan: Pensamento contemporâneo em tempos de Pandemia*.
- _____. [S.l.]: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), Março de 2020. 188 p.
- _____. Línvenzione di un'epidemia. Pub 26 fev de 2020. *Quodlibet*. Disponível em < <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>>. Acesso em 26 de fev de 2020.
- ANSAH, Tawia. War: Rhetoric & (and) Norm-Creation in Response to Terror. *Va. J. Int'l L.*, v. 43, p. 797, 2002.
- ARANGO, María Rocío. *Del libro rojo de Winston al Black Mirror: dispositivos de control en la sociedad de la vigilancia*. **Palabra Clave**, v. 23, n. 1, 2020.
- ARISTOTLE’S RHETORIC. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2010. Disponível em < <https://plato.stanford.edu/entries/aristotle-rhetoric/>>.
- BAUMAN, Z. (2007). *Libertad*. Buenos Aires, Argentina: Losada.
- BENTHAM, Jeremy; BOŽOVIČ, Miran. *The panopticon writings*. Verso Trade, 1995.
- BYUNG-CHUL, H. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

_____. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han. *El País*. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>, 2020.

CARBAJOSA, Ana. Merkel apela a cidadãos e chama coronavírus de “maior desafio desde a Segunda Guerra Mundial”. *El País*. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-18/merkel-pede-colaboracao-dos-cidadaos-diante-do-maior-desafio-desde-a-segunda-guerra-mundial.html>, 2020>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

AUTOR.

AUTOR.

CLAUSEWITZ, Carl; GRAHAM, James John; RAPOPORT, Anatol. *On War, edited with an introduction by Anatol Rapoport*. Penguin, 1968.

_____. *Da guerra*. Trad. Maria Teresa Ramos. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

DE MASI, Domênico. Coronavírus anuncia revolução no modo de vida que conhecemos. Pub 22 de mar de 2020. *Folha de São Paulo*. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/03/coronavirus-anuncia-revolucao-no-modo-de-vida-que-conhecemos.shtml>>. Acesso em 20 de mar de 2020.

EICHENBERG, Fernando. 'Estamos em guerra', diz Macron ao anunciar o confinamento de toda a população na França. *O Globo*. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/sociedade/estamos-em-guerra-diz-macron-ao-anunciar-confinamento-de-toda-populacao-na-franca-24308199>, 2020>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

LEAL, João. Covid, Globalização e Desglobalização. Pub. 05 de jul de 2020. *Hypotheses*. Disponível em <<https://confinaria.hypotheses.org/882>>. Acesso em 07 de jul de 2020.

LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2016.

MARS, Amanda. Trump busca se redefinir como “presidente em tempo de guerra” em meio à crise do coronavírus. *El País*. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-27/trump-busca-se-redefinir-como-presidente-em-tempo-de-guerra-em-meio-a-crise-do-coronavirus.html>>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. In: *Foucault in an Age of Terror*. Palgrave Macmillan, London, 2008. p. 152-182.

RUNCIMAN, David. Coronavirus has not suspended politics – it has revealed the nature of power. *The Guardian*. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/mar/27/coronavirus-politics-lockdown-hobbes>>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

SANTOS, B. de S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, Abril 2020.

SHAFTOE, Mimi. On Pandemics: Deadly Diseases from Bubonic Plague to Coronavirus. *Alternatives Journal*, v. 45, n. 1, p. 54-54, 2020.

SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. Tradução Ines Lohbauer. - São Paulo: Sentia, 1996. - (Coleção Clássica)
_____. *Teologia política*. Belo Horizonte: Editora. Del Rey, v. 2, 2006

SWISSINFO.CH. António Guterres: juntos venceremos o vírus. Pub 19 de mar de 2020. Disponível em < https://www.swissinfo.ch/por/covid-19_ant%C3%B3nio-guterres--juntos-venceremos-o-v%C3%ADrus/45628624>. Acesso em 20 de mar de 2020.

THE GLOBAL STATE OF DEMOCRACY INDICES. Disponível em < <https://www.idea.int/gsod-indices/#/indices/world-map>>.

UN NEWS. COVID-19: UN chief calls for global ceasefire to focus on ‘the true fight of our lives’ <https://news.un.org/en/story/2020/03/1059972>. Acessado em 11 de janeiro de 2021

ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo*. Boitempo Editorial, 2020.